

Carta aos juízes de primeiro grau de jurisdição do Estado do Paraná

Senhores(as) magistrados(as),

O Sindijus-PR, entidade que representa toda a categoria dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vem por este meio, expor nossa preocupação frente a situação na qual se encontra atualmente, tanto no sentido estrutural quanto de força de trabalho, o primeiro grau de jurisdição.

O Conselho Nacional de Justiça, dentro da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução 194, de 26 de maio de 2014, lançou a RESOLUÇÃO 219, de 26 de abril de 2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus, entre outras providências.

Entre os problemas atualmente enfrentados pelo primeiro grau, o CNJ aponta (entre outras), como forma de resolução:

- Equalizar os recursos orçamentários, patrimoniais, de tecnologia da informação e de pessoal entre primeiro e segundo graus;
- Aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim;
- Proporção na alocação de pessoas, cargos em comissão e funções de confiança entre essas instâncias;
- As carreiras dos servidores de cada Tribunal de Justiça devem ser únicas, sem distinção entre cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança de primeiro e de segundo graus;

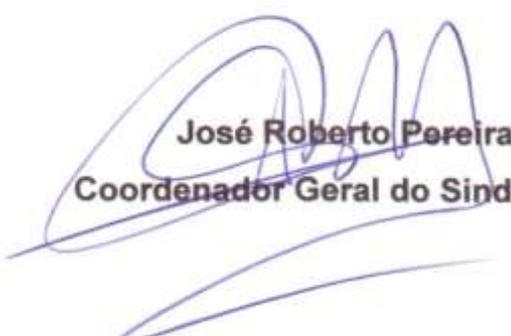
Diante dessa conjuntura, o Sindijus-PR tem feito campanhas de conscientização e mobilização da categoria para esse pleito, no sentido de buscar:

- Melhor estrutura dos locais de trabalho: Em algumas comarcas presenciamos servidores trabalhando em locais insalubres, prédios muito antigos, sem segurança, com rachaduras, infiltrações, ambientes sem ventilação, cadeiras sem condições de uso, entre outros.
- Melhor distribuição da força de trabalho: Algumas comarcas contam com um número totalmente insuficiente de servidores frente ao enorme volume de trabalho. Toda essa precarização resulta em casos de adoecimento de servidores e magistrados, gerando afastamentos médicos.

O Sindijus-PR acredita na união de forças em torno de pautas comuns, e por este motivo, estamos buscando entre os magistrados, o apoio e o engajamento, no sentido de avançarmos neste debate junto ao Tribunal de Justiça do Paraná, para que sejam implantadas medidas urgentes que visem sanar os problemas apontados, pois as condições atuais de trabalho no primeiro grau de jurisdição são extremamente preocupantes por estarem muito aquém de uma estrutura ideal, o que tem refletido negativamente em toda a sociedade, no tocante a prestação jurisdicional.

Curitiba, 05 de dezembro de 2018.

A direção.


José Roberto Pereira
Coordenador Geral do Sindijus-PR.